

Comércio Varejista de Combustíveis Pinho do Grajáú Ltda, Torna público que recebeu da CETESB a Lic. Prévia e de Instal. Nº 33002438 e requereu a Lic. de Op. p/ Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes à R. Dona Belmira Marin, 2350 CEP:04846-000, Grajáú, São Paulo/SP.

UIRAGRAF GRÁFICA LTDA-ME torna público que recebeu da CETESB a Licença de Operação Nº 48001506, válida até 23/03/2015, para Impressão para terceiros de notas fiscais (exceto impressos em formulá à RUABOTUCATU, 200, JORDANOPOLIS, SÃO BERNARDO DO CAMPO.

Plásticos Descartáveis Ind. e Com. Ltda., torna público que recebeu da CETESB, a Licença de Operação nº 15004995 com validade até 25/11/2014 p/fabr. Arts. plásticos p/uso doméstico, embalagens, tubos e laminados plásticos, na Rua 12 de Junho,305-Guarulhos/SP.

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso

CNPJ nº 61.699.567/0013-26



Relatório da Administração

Fiscal é responsável pela análise de balanços. Conta também com a avaliação permanente da auditoria independente. Compete ao seu Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas, composto de representantes da SPDM e da Comunidade, com notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral, aprovar contratos de gestão e convênios das unidades públicas administradas pela SPDM. Assim, a SPDM contribuiu de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo sistema único de saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. Atualmente a Entidade é constituída por hospitais e centros de assistência regularmente constituídos, sendo partes, o Hospital São Paulo (HSP), Hospital Vila Maria (HVM), Hospital Geral do Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Lúzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florença de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Complexo Hospitalar Ouro Verde de Campinas (CHOV), o Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran, o Hospital Brigadeiro e o Hospital e Maternidade Dr. Odello Leão Carneiro de Uberlândia, o Pronto Socorro Municipal da Vila Maria Baixa, os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde da Vila Mariana (CSVM), o Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC Zona Leste), o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hospital da Microrregião Vila Maria e Vila Guiherme (HMR), o Ambulatório Médico de

Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia São Paulo (AME MZ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), o AME Psiquiatria Vila Maria e o AME Mogi de Mogi das Cruzes, o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social, o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos, além dos Programas de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF-SP) desenvolvidos junto às diversas Prefeituras no Estado de São Paulo, dos quais são parte o PABSF Território Arican-duva/Sapopemba/São Mateus e o P.A. São Mateus/ P.S.M. Dr. Augusto de Mattos, o PABSF de Americana e ainda, o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família do Rio de Janeiro, UPA João XXIII - Unidade de Pronto Atendimento A.P. 5.3, PABSF A.P. 3.2, UPA Engenho de Dentro A.P. 3.2 e ainda, dos demais órgãos a ela vinculados, através do qual preste serviço de assistência social, regendo-se pelo Estatuto Social e pela legislação aplicável. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade com o estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. Colocamos-nos à disposição de V. Sas. para lhes prestar os esclarecimentos eventualmente necessários. São Paulo, 28 de Fevereiro de 2012.

Prof. Dr. Rubens Belfort Mattos Jr. - Presidente da S.P.D.M. Prof. Dr. Carlos Alberto Garcia Oliva Superintendente Financeiro da S.P.D.M.

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em Reais)

Table with 3 columns: ATIVO, Circulante, and Não Circulante. Rows include Caixa e Equivalente de Caixa, Bancos Conta Movimento, Aplicações Financeiras, Valores a Receber, Outros Créditos, Despesas Pagas Antecipadamente, Estoque e Empréstimos de Material, Não Circulante, Imobilizado - Bens de Terceiro, Total do Ativo, and Total Geral.

Table with 3 columns: PASSIVO, Circulante, and Não Circulante. Rows include Fornecedores, Serviços de Terc. Pessoa Física e Jurídica, Salários a Pagar, Contribuições a Recolher, Provisão de Férias, Provisão FGTS sobre Férias, Impostos a Recolher, Empréstimo a Funcionário Lei 10.820/03, Obrigações Tributárias, Outras Contas a Pagar, Outros Valores de Terceiros, Não Circulante, Patrimônio Líquido, Total do Passivo, Compensação, Bens/Mercadorias de Terceiros, and Total Geral.

Demonstrações do Déficit ou Superávit para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em Reais)

Table showing income and expense details. Columns: Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011, Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010. Rows include Receitas Operacionais, Descontos Recebidos, Despesas Anuladas do Exercício Anterior, Financeiras, Doações Recebidas, Outras Receitas, Isonção Usufruída - INSS, Cota Patronal, Isonção Usufruída - INSS, Serviços Terceiros, Isonção Usufruída - Cofins, Total das Receitas, Despesas Operacionais, Serviços - Pessoal Próprio, Serviços - Terc. Pessoa Física e Jurídica, Mercadorias, Tributos, Financeiras, Despesas do Exercício Anterior, Outras Despesas, Isonção Usufruída - INSS Cota Patronal, Isonção Usufruída - INSS Serviços Terceiros, Isonção Usufruída - Cofins, Total das Despesas, Superávit do Exercício, Déficit do Exercício.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social (Passivo a Descoberto) para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em Reais)

Table showing changes in social equity. Columns: Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011, Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010. Rows include Saldos em 01.01.10, Saldo Residual do Imobilizado, Déficit do Exercício, Saldos em 31.12.10, Saldos em 01.01.11, Déficit do Exercício, Saldos em 31.12.11.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em Reais)

Table showing cash flow details. Columns: Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011, Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010. Rows include Fluxos de caixa nas ativ. operacionais, (Déficit) Superávit do exercício, Variações nos ativos e passivos (Aumento) Red. em contas a receber, (Aumento) Redução em estoques, Aumento (Redução) em fornecedores, Aum. (Red.) em contas a pagar e prov., Aumento (Redução) de bens de terceiros, Caixa líquido prov. das ativ. oper., Fluxos de caixa nas atividades de investimentos, Adição de bens de terceiros, Caixa líquido prov. das ativ. de invest., Fluxos de caixa nas atividades de Financiamento, Empréstimos Tomados, (-) Pagamento de Emprést. Tomados, Caixa líquido prov. das ativ. oper., Aum.(Red.) liq.de caixa e equiv.de caixa, Caixa e equiv. de cx. no início do período, Caixa e equiv. de cx. no final do período, Aum.(Red.) liq.de caixa e equiv.de caixa.

Demonstrações do Valor Adicionado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em Reais)

Table showing added value details. Columns: Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011, Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010. Rows include 1 - Receitas, 1.1) Prestação de serviços, 1.2) Subvenções e Outras receitas oper., 1.3) Outras receitas, 2 - Insumos Adquiridos de Terceiros, 2.1) Matéria-prima consumida, 2.2) Custo das mercadorias utilizadas na prestação de serviços, 2.3) Serviço de terceiros e outros, 3 - Valor Adicionado Bruto (1 - 2), 4 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3 - 4), 5 - Valor Adicionado Receb. em Transf., 5.1) Receitas financeiras, 6 - Valor Adicionado Total (5 + 6), 7 - Distribuição do Valor Adicionado, 7.1) Pessoal e encargos, 7.2) Impostos, taxas e contribuições, 7.3) Juros e aluguéis, 7.4) Aluguéis, 7.5) Déficit (Superávit) do exercício.

4. Caixa e Equivalente de Caixa: Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na Associação, saldos em poder de bancos e aplicações financeiras de curto prazo. Caixa e equivalentes de caixa incluídos dos fluxos de caixa compreendem:

Table showing cash and equivalents details. Columns: Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011, Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010. Rows include Saldos em Bancos, Aplicação Financeira de Curto Prazo, Caixa e Equivalentes de Caixa.

5. Imobilizado: O imobilizado é composto por bens de terceiros os quais tiveram seus valores reclassificados para atender a legislação atual. Os ativos passaram a estar distribuídos da seguinte forma:

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em Reais). 1. Contexto Operacional: A Associação, SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecidas de utilidade pública federal e estadual, respectivamente pelos decretos nºs 57.925, de 04/03/1966 e 40.103 de 17/05/1962. A Associação tem como atividade a prestação de serviços de assistência social, regendo-se pelo Contrato de Gestão com a Prefeitura Municipal de Guarulhos - SP e pela legislação aplicável. A Associação tem como atividade no Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso o gerenciamento e a operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde no hospital. A diretoria primordia de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A Associação é uma entidade filantrópica moderna, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. A Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009 estabelece em seu Art. 2º, e incisos que a entidade beneficiária certificada como filantrópica e de assistência social, na forma do Capítulo II, fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os arts. 22 e 23 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, desde que atenda, cumulativamente, aos seguintes requisitos: I. Não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou beneficiários, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos; II. Aplique suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais; III. Apresente certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; IV. Mantenha escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade; V. Não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto; VI. Conserve em bom ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial; VII. Cumpra as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária; VIII. Apresente as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade. A Entidade tem atendido substancialmente aos procedimentos requeridos para suportar suas atividades filantrópicas, inclusive estatutariamente. 2. Apresentação das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Na elaboração das demonstrações financeiras de 2011, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Entidades sem Fins Lucrativos, e especialmente a Resolução nº 877 de 2000 que aprovou a NBC T 10.19, alterada pelas Resoluções nºs 926 e 966, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros. Essas alterações tiveram por objetivo principal atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade - IFRS e permitir que novas normas e procedimentos contábeis, sejam expedidos pelos órgãos reguladores em consonância com os padrões internacionais de contabilidade. Na elaboração das demonstrações contábeis agregadas, foram utilizadas demonstrações encerradas nas mesmas datas-base e consistentes com as práticas contábeis descri-

tas na nota explicativa nº 3. Dentre as principais alterações nas práticas contábeis introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 estão os ajustes a valor presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo. A nova lei que modificou a definição de imobilizado excluiu dele os bens não corpóreos (marcas, patentes, etc.) e obrigou a inclusão de bens que não fossem de propriedade da empresa, mas que tivessem por finalidade a manutenção das atividades, ou seja, incorporar bens decorrentes de operações que transiram à Entidade os benefícios, os riscos e controle desses bens. Sendo assim, foram adicionadas em 2009 ao plano de contas da Entidade, contas que contemplassem a inclusão dos bens de terceiros junto ao imobilizado. No Exercício de 2010 todos os bens móveis adquiridos inclusive os de períodos anteriores a 2009 que por força de contratos ou convênios, pertencem aos contratantes ou convenientes terceiros, passaram a ser classificados como bens de Terceiros (conforme nota explicativa nº 5) e os respectivos valores foram baixados dos bens próprios. 3. Principais Práticas Contábeis: Na escrituração dos atos e fatos que deram origem às demonstrações contábeis da Associação, foram adotadas práticas contábeis, cujas principais, descrevemos a seguir: a) Receitas e Despesas: As receitas, inclusive as doações, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Associação são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. b) Estimativas Contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e presupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. c) Aplicações Financeiras: Estão demonstradas acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência. d) Valores a Receber: A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. e) Outros Ativos e Passivos Circulantes: Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valor histórico, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. f) Imobilizado Bens de Terceiros: Apresenta-se pelo custo de aquisição ou valor original, os ajustes à vida útil econômica dos bens são calculados pelo método linear. A contrapartida dos ajustes é debitada a conta redutora de Obrigações - Bens Móveis de Terceiros no Não Circulante. As taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 5. g) Estoques: Os valores constantes do Balanço Patrimonial se referem às suas atividades de atendimento hospitalar. Estes estoques estão avaliados pelo custo médio de aquisição, que não supera o valor de mercado, mencionadas na nota explicativa nº 6. h) Contingências: Em virtude da característica de prestadora de serviços na área hospitalar, a unidade da SPDM-Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso por vezes são acionadas em aplicações cíveis. Caso haja sentenças desfavoráveis nos processos cuja probabilidade de perda era tida como "provável" em 31/12/2011, a Associação teria que arcar com uma despesa no montante de R\$ 590.000,00 (quinhentos e noventa mil reais), valores estes totalmente provisionados no passivo da Associação na rubrica Provisão de Despesas Processos Cíveis. Para o mesmo tipo de ação, cíveis, onde a possibilidade de sucesso era tida como "possível", o montante perferia o total de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). Ainda, no exercício de suas atividades de prestadora de serviços, em 2011 a Associação acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Aquelas cuja probabilidade de perda era tida como "provável", montaram em R\$ 7.810,87 (sete mil oitocentos e dez reais e oitenta e sete centavos), sendo que seus valores se encontram provisionados no balanço (Passivo) na rubrica Provisão Despesas Processos Trabalhistas. Para ações onde a possibilidade de sucesso era tida como "possível", o montante chegou a R\$ 880.873,66 (Oitocentos e oitenta mil oitocentos e três reais e sessenta e seis centavos). Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "possível", "provável" e "remota", encontra-se em conformidade ao estabelecido no CPC 25 e Deliberação CVM 489/2005.

continua

continuação		31.12.11		31.12.10	
Bens Móveis - Terceiros	Taxa Ajuste Anual	Custo Corrigido	Ajustes	Valor Líquido	Valor Líquido
Apar. Equip. Utens. Méd. Odont. e Labor.	10%	2.462.130,98	(1.120.735,13)	1.341.395,85	1.257.756,12
Equip. Proteção/Segurança	10%	694.844,51	255.367,48	439.477,03	383.663,66
Equipamento de Processamento de Dados	20%	594.717,31	498.790,71	95.926,60	155.170,05
Mobiliários em Geral	10%	667.580,60	171.991,85	495.588,75	421.584,08
Máquinas, Utensílios e Equip. Diversos	10%	281.408,34	91.623,29	189.785,05	170.233,81
Veículos de Tração Mecânica	20%	34.700,30	31.811,72	2.888,28	9.829,68
Aparelhos de Medição	10%	14.387,55	7.413,97	6.973,58	8.412,38
Aparelhos e Equip. de Comunicação	10%	3.194,00	1.670,08	1.523,92	1.843,36
Aparelhos e Utensílios Domésticos	10%	103.407,06	47.497,22	55.909,84	63.049,62
Máq. e Equip. de Natureza Industrial	10%	7.448,00	3.348,15	4.099,85	4.844,69
Máquinas e Utensílios de Escritórios	10%	54.480,51	9.530,47	44.950,04	34.255,60
		5.963,10	1.690,19	4.272,91	4.869,19

6. Estoques: Nos encerramentos dos exercícios os estoques de materiais eram compostos por:

Tipo	31.12.2011	31.12.2010
Materiais utilizados no setor de Nutrição	55.067,90	49.153,73
Materiais utilizados no setor de Farmácia	471.071,88	327.775,86
Materiais de Almoarifado	1.188.742,01	808.230,74
Total	1.714.881,79	1.185.160,33

7. Origens dos Recursos e Disposições da Lei nº 12.101 de 27/11/2009:

a) Das Receitas Operacionais: Os valores recebidos diretamente pela Associação através da Prefeitura Municipal de Guarulhos - SP representam 100% (100% em 2010) do total das receitas de serviços. **b) Doações:** Eventualmente a Associação recebe doações de pessoas físicas e jurídicas. No exercício de 2011 a Associação recebeu de doações R\$ 6.771,58 (R\$ 15.814,33 em 2010). **c) Das disposições da Lei 12.101 e Portaria 1.970:** Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a Associação em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009, a Associação tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. A fim de cumprir o estabelecido a Associação realizou no ano um total de atendimentos ambulatoriais, pronto-socorro e pronto atendimento da ordem de 249.880 (211.033 em 2010), Serviços Apoio Diagnóstico Terapêutico (SADT) da ordem de 110.630 (85.208 em 2010), internações na ordem de 7.260 (3.394 em 2010) e paciente-dia na ordem de 41.205 (19.437 em 2010), sendo todos serviços prestados aos pacientes do SUS. **8. Contribuições Sociais:** Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009 e a portaria 1.970 de 16/08/2011 do Ministro da Saúde, a Instituição encontra-se certificada junto ao Cebas Saúde conforme processo nº 25000.055160/2010-05 fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal e Cofins. Os montantes das isenções usufruídas durante o ano exercício se encontram registradas em contas específicas de resultado, despesa (3212000) e receitas (4212000) e totalizam: a-) A isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados usufruída pela condição de filantrópica no ano exercício de 2011, a qual se encontra registrada em conta específica montando em R\$ 14.364.897,08 (Quatorze milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e noventa e sete reais e oito centavos). Os valores do ano anterior não se encontram registrados em contas específicas de receitas, porém estas isenções totalizaram R\$ 8.571.595,36 em 2010. b-) A mesma

9. Patrimônio Líquido: Em 31 de dezembro de 2011 a Associação apresentou um déficit de R\$ 3.412.854,79, superávit de R\$ 2.175.014,45 em 2010 e apresenta passivo a descoberto no montante de R\$ 5.987.588,23 (R\$ 2.574.733,44 em 2010). A administração da Associação continua com esforço, para obtenção de recursos para equacionar a estrutura do Patrimônio Social e da busca de uma maior eficiência operacional e pelo sucesso de outras medidas a serem implementadas pela administração, para assegurar a continuidade normal de suas atividades. **10. Contingências:** A Entidade, no curso normal de suas operações, é parte em processos judiciais de natureza, fiscal, trabalhista e cível em diversas instâncias, ajuizados e conhecidos nas datas dos balanços, tendo a Administração adotado como procedimento a constituição da provisão com base em vários fatores, conforme nota explicativa nº 3h, incluindo a opinião dos seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo das Provisões para Contingências, considerado suficiente pela Administração para a cobertura de prováveis perdas nos processos em andamento é composto como segue:

Tipo	31.12.2011	31.12.2010
Cíveis	590.000,00	90.000,00
Trabalhistas	7.810,87	16.113,87
Total	597.810,87	106.113,87

Prof. Dr. Rubens Belfort Mattos Jr. - Presidente da S.P.D.M.
Dr. Ronald Maia Filho - Superintendente HMPB

Prof. Dr. Carlos Alberto Garcia Oliva - Superintendente Financeiro da S.P.D.M.
João Carlos Claro Soares - Contador CRC 1SP 164.564/O-1

Parecer da Assembléia Geral dos Associados da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina

A Assembléia Geral dos Associados da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, no exercício de suas funções legais e estatutárias (artigo 19 inciso V), realizada nesta data (23/04/2012), examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Superávit, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2011 da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital São Paulo e de suas Instituições Afiliadas Hospital Vila Maria (HVM), Hospital Geral do Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Salto (HS), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Complexo Hospitalar Ouro Verde de Campinas (CHOV), o Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran (HMBDFM), o Hospital Brigadeiro (HBRIG) e o Hospital e Maternidade Dr. Odello Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Pronto Socorro Municipal da Vila Maria Baixa (PSMVM), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), o Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC), o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hospital da Microrregião Vila Maria e Vila Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia São Paulo (AME MZ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), o AME Psiquiatria Vila Maria (AME VM) e o Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Complexo Hospitalar Ouro Verde de Campinas (CHOV), o Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran (HMBDFM), o Hospital Brigadeiro (HBRIG) e o Hospital e Maternidade Dr. Odello Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Pronto Socorro Municipal da Vila Maria Baixa (PSMVM), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), o Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC), o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hospital da Microrregião Vila Maria e Vila Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia São Paulo (AME MZ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), o AME Psiquiatria Vila Maria (AME VM) e o AME tos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **4) Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **5) Ênfase:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Associação apurou déficit no montante de R\$ 3.412.854,79, tendo ainda acumulado déficits de R\$ 2.574.733,44, aumentando o patrimônio líquido negativo de R\$ 2.574.733,44 para R\$ 5.987.588,23. A Associação conti-

AME Mogi (AME MOGI) de Mogi das Cruzes, o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (REDE), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (CRLMSJC), além dos Programas de Atenção Integral à Saúde (PAIS-SP) desenvolvidos junto às diversas Prefeituras no Estado de São Paulo, dos quais são parte o PAIS Território Aricanduva/Sapopemba/São Mateus e o PAIS P.A. São Mateus/ P.S.M. Dr. Augusto de Mattos, o PAIS de Americana e ainda, o Programa de Atenção Integral à Saúde do Rio de Janeiro, UPA João XXIII - Unidade de Pronto Atendimento A.P. 5.3, PAIS A.P. 3.2, UPA Engenho de Dentro A.P. 3.2. Com base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Independentes e acatando suas observações, esta Assembléia opinou favoravelmente à aprovação dos referidos documentos. São Paulo, 23 de Abril de 2012.

Prof. Dr. Rubens Belfort Mattos Júnior - Presidente

Mogi (AME MOGI) de Mogi das Cruzes, o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (REDE), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (CRLMSJC), além dos Programas de Atenção Integral à Saúde (PAIS-SP) desenvolvidos junto às diversas Prefeituras no Estado de São Paulo, dos quais são parte o PAIS Território Aricanduva/Sapopemba/São Mateus e o PAIS P.A. São Mateus/ P.S.M. Dr. Augusto de Mattos, o PAIS de Americana e ainda, o Programa de Atenção Integral à Saúde do Rio de Janeiro, UPA João XXIII - Unidade de Pronto Atendimento A.P. 5.3, PAIS A.P. 3.2, UPA Engenho de Dentro A.P. 3.2. Com base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Independentes e acatando suas observações, este Conselho aprova as demonstrações contábeis apresentadas. São Paulo, 18 de Abril de 2012

Prof. Dr. José Cássio do Nascimento Pitta **Prof. Dr. Clóvis R. Nakaie**

nua com o esforço para obtenção de recursos para equacionar a estrutura do patrimônio social e da busca de uma maior eficiência operacional e pelo sucesso de outras medidas a serem implementadas pela Administração, para assegurar a continuidade normal de suas atividades. **6) Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 15 de abril de 2011, que não contem modificação. **Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. São Paulo - SP, 30 de março de 2012.

Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298
Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior Alexandre Chiaratti do Nascimento
CPF.: 566.878.500-91 CPF.: 147.823.488-19
CRC/RS "S" "SP" 058.252/O-1 CRC.: 1 SP 187.003/O-0
CVM: At Declaratório Nº 7710/04 CNAI - 1620

rec:7425030
PALUDETTO & CIA LTDA- ME, torna público que solicitou junto à CETESB a Licença Prévia, de Instalação e de Operação para a atividade de "Serralheria (exceto esquadrias), sem tratamento superficial", , sito à Avenida Reginalda Leão, 1300 - Fundos, Centro, PALMITAL/SP.

rec:7425031
CHANNEL AUTO POSTO LTDA., torna público que recebeu da CETESB a renovação da licença de operação nº 33004974, válida até 08/05/2017, para comércio varejista de combustíveis e lubrificantes, sito à Avenida do Rio Bonito, 1488, Socorro, São Paulo/SP.

rec:7425032
PEREIRA E ALEGRIO CONSERVAS ALIMENTÍCIAS LTDA., torna público que recebeu da CETESB a Licença de Instalação Nº 49000170 e requereu a Licença de Operação para fabricação de palmito em conserva, sito à Rua Andreino de Oliveira, nº 69, Itapitanguí Cananéia/SP.

rec:7425033
LEAR DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE INTERIORES AUTOMOTIVOS LTDA., torna público que recebeu da CETESB a Licença Prévia e de Instalação N.º 3000530 para Bancos e estofados para veículos, exceto de madeira e de metal, fabric., sito à Av. Adhemar Pinto de Siqueira, s/n.º, Grama Caçapava/SP.

rec:7425034
COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS VITÓRIA LTDA., torna público que recebeu da CETESB a Licença Prévia e de Instalação Nº 49000064 para a reforma de um posto de revenda de combustível automotivo, sito à Avenida Adolfo Muniz, nº 510 - Vila Vitória Cajati/SP.

rec:7425035
AUTO POSTO BAHREIN LTDA., torna público que solicitou à CETESB a LICENÇA DE OPERAÇÃO para comércio varejista de combustíveis e lubrificantes, sito à Avenida Pires do Rio, 2724, Jd. São Sebastião, São Paulo/SP.

rec:7425036
SUBLIMAR PRODUTOS LIOFILIZADOS LTDA.-ME ME, torna público que recebeu da CETESB a Licença de Instalação Nº 6004404 e requereu a Licença de Operação para Vegetais desidratados e liofilizados, , sito à RUA ALBERTO AMADEI, 450, LOT.EMPR.TATUI, BARRO BRANCO Tatui/SP.

rec:7425037
MEJI ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA., torna público que requereu na CETESB a Renovação de Licença de Operação para Hospital, sito à Rua Estado de Israel nº 747 - Vila Clementino - São Paulo/SP.

rec:7425038
BOVINER S/A COMERCIO E INDUSTRIA FARMACEUTICA DE MED. VETERINARIOS, torna público que recebeu da CETESB a Renovação da Licença de Operação Nº 14004870, válida até 14/05/2014, para Shampoos (ou xampus), fabricação de, sito à RUA PROJETADA II, 1651, DISTRITO IND., Bady Bassitt/SP.

rec:7425039
BRAKEPARTS INDUSTRIA E COMERCIO E IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA., torna público que requereu na CETESB Renovação da Licença de Operação, para fabricação de sapatas de freios, sito à Rua dos Coqueiros, 1161 - Bairro Campestre - Santo André/SP.

rec:7425040
KAVANJI TRANSFORMAÇÃO DE ALUMINIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP, torna público que recebeu da CETESB a Renovação de Licença de Operação Nº 45005075, válida até 10/05/2014, para PRODUÇÃO DE PERFIS DE ALUMÍNIO, EXTRUDADOS OU NAO, sito à PEDRO FACHINI, 267/271 SÃO PAULO/SP.

rec:7425041
RG PLASTICOS INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA ME, torna público que recebeu da CETESB a Licença Prévia e de Instalação Nr. 15000736 e requereu a Licença de Operação para FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE MATERIAL PLÁSTICO PARA USOS INDUSTRIAIS, sito à RUA BELA VISTA DO PARAISO, 970 - GALPÃO A - JD. PRESIDENTE DUTRA - CEP: 07171-000 GUARULHOS/SP.

rec:7425042
COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S/A, torna público que requereu a Companhia Ambiental de São Paulo - CETESB a Licença de Instalação - LI, para a SUBESTAÇÃO 230/138 kV CERQUILHO III, a ser instalada, sito à margens da Estrada Municipal Cerquillo - Jumiirim, no município de Cerquillo/SP.

rec:7425043
COSMOQUIMICA INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA, torna público que recebeu da CETESB a Renovação da Licença de Operação Nº 32006400, válida até 18/05/2014, para Produtos químicos não especificados ou não classificados, sito à AVENIDA GUPE, 10497, JARDIM BELVAL, BARUERI/SP.

rec:7425044
EDUARDO ANTONIO CARIA & CIA LTDA - ME, torna público que requereu na CETESB a Renovação de Licença de Operação para fabricação de produtos de olaria - tijolos, sito à ao Sitio Santo Antonio, s/n, Bairro Cai - Cabreúva/SP.

rec:7425045
CERAMICA ARTÍSTICA ALVORADA LTDA ME, torna público que recebeu da CETESB a Renovação da Licença de Operação Nº 43004348, válida até 09/05/2016, para Produtos cerâmicos não-refratários para usos diversos fabricação de, sito à AV. DR. HERMIDIO SALZANO, 255, BELA VISTA, Porto Ferreira /SP.

rec:7425046
MARIA ROSA GRANDEZI P. FERREIRA ME, torna público que recebeu da CETESB a Licença de Operação Nº 43004325, válida até 08/05/2016, para Produtos cerâmicos não-refratários para usos diversos fabricação de, , sito à RUA BENTO JOSÉ DE CARVALHO, 2240, VILA SANTA MARIA Porto Ferreira /SP.

rec:7425047
AGRO-INDÚSTRIA FARINÓLEO LTDA ME, torna público que recebeu da CETESB a Licença de Instalação Nº 73000058 e requereu a Licença de Operação para Farinhas de resíduos de abate de animais, n.e., (carne e sangue, penas), sito à ESTRADA MUNICIPAL IBATÉ / RIBEIRÃO BONITO KM, 12, CAIXA POSTAL 82, ZONA RURAL, IBATÉ/SP.

rec:7425048
GERSON PERUSSI EPP, torna público que REQUERU NA CETESB A RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO PARA A FABRICAÇÃO DE SABOES E DETERGENTES, sito à RUA IRAJUBA, 109, VILA PRUDENTE - SÃO PAULO/SP.

rec:7425049
SEAWING INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MANGOTES MARÍTIMOS LTDA., torna público que recebeu da CETESB a Renovação da Licença de Operação Nº 32006374, válida até 18/05/2015, para Mangueiras de borracha, fabricação de, sito à Avenida Charles Goodyear, 65 - Cururuquara - Santana de Parnaíba/SP.

rec:7425050
CEA BRASIL INDÚSTRIA ECOMÉRCIO DE MÁQUINAS - LTDA., torna público que requereu da CETESB a Renovação da Licença de Operação para Fabricação de equipamentos para solda, , sito à Avenida Hélio Frigori nº 330, CEAT, São Carlos/SP.

rec:7425051
OSWALDO CRUZ QUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., torna público que requereu à CETESB a Renovação da Licença de Operação para depósito e/ou comércio atacadista de produtos químicos, sito à RUA JOÃO RANIERI, 100 D, GALPÃO 2, BONSUCESSO, GUARULHOS/SP.

rec:7425052
CINDERELA INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS TEXTEIS LTDA., torna público que requereu na CETESB, a Renovação da Licença de Operação, para a atividade de serviços de Tecelagem de fios de filamentos contínuos artificiais ou sintéticos, sito à Estrada Municipal, 245, Fazenda Santa Lucia, Americana/SP.

rec:7425053
LUZIA DE OLIVEIRA TORNO ME, torna público que recebeu da CETESB a Licença de Operação Nº 14004964, válida até 18/05/2015, para Usinagem (torno, fresa, etc.), serviço de, , sito à RUA EMBÚ, 54, JARDIM STA HELENA CATANDUVA/SP.